



O TURISMO COMO ATIVIDADE POTENCIAL PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E AMBIENTAIS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE GUARAQUEÇABA E SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

TOURISM AS A POTENTIAL ACTIVITY FOR THE IMPROVEMENT OF SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL CONDITIONS: A COMPARISON BETWEEN THE MUNICIPALITIES OF GUARAQUEÇABA AND SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

DOI: 10.5281/zenodo.18476044



Cinthia Marie Ota¹

Sueli Naomi Ota²

Cezar Augusto Romano³

RESUMO

Os municípios de São José dos Pinhais e Guaraqueçaba, ambos no Estado do Paraná, possuem a maior parte de seus territórios composta por área rural. Dentro desse contexto, convivem com o desafio de compatibilizar o uso da terra, por meio de atividades que gerem renda, melhorem suas condições sociais, ao mesmo tempo em que as riquezas naturais e culturais sejam protegidas e conservadas. O objetivo desta pesquisa foi diagnosticar se o turismo pode ser uma atividade econômica capaz de incrementar as condições socioeconômicas e ambientais de ambas as regiões. Os métodos utilizados para a obtenção de informações foram a pesquisa bibliográfica e documental, visitas de campo às áreas de abrangência da pesquisa, o diagnóstico participativo com moradores locais de Guaraqueçaba

1 Universidade Federal Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Ambiental Urbana.

2 Universidade Positivo, doutoranda do Programa de Gestão Ambiental – PPGAMB.

3 Universidade Federal Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), doutor e docente do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Ambiental Urbana.





através da análise “SWOT” e entrevistas junto aos moradores locais da região da bacia hidrográfica do rio Miringuava em São José dos Pinhais e técnicos que atuam no apoio dessa comunidade. Estas informações possibilitaram o conhecimento sobre as características sociais, econômicas e ambientais de ambas as regiões, identificando as características cênicas e culturais, potencialmente utilizáveis em programas turísticos. A opinião das comunidades e técnicos sobre as deficiências e pontos fortes advindas da região que podem auxiliar no desenvolvimento do turismo bem como, as ameaças e as oportunidades vindas ou trazidas por agentes externos à Guaraqueçaba, capazes de interferir negativamente na atividade econômica foram obtidos. Dentre as estratégias possíveis, o turismo destaca-se como uma atividade potencial condizente com o desenvolvimento socioeconômico da região, uma vez que está comprometido com a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura regional, como também na busca de melhoria das condições de vida dos moradores locais.

Palavras-chave: Turismo sustentável. Comunidade local. Desenvolvimento socioeconômico.

ABSTRACT

The municipalities of São José dos Pinhais and Guaraqueçaba, both situated in the state of Paraná, Brazil, are characterized by predominantly rural territories. Within this context, they face the significant challenge of harmonizing land use through activities that generate income and improve social conditions, while simultaneously ensuring the protection and conservation of their natural and cultural assets. The primary objective of this research was to assess whether tourism could serve as a viable economic activity to enhance the socioeconomic and environmental conditions in both regions. The methodologies employed for data collection included bibliographic and documentary research, field visits to the respective study areas, a participatory diagnosis with local residents of Guaraqueçaba conducted via SWOT analysis, and interviews with local residents of the Miringuava River basin region in São José dos Pinhais, alongside technicians who support this community. This comprehensive approach facilitated a deep understanding of the social, economic, and environmental characteristics of both regions, enabling the identification of scenic and cultural features with potential for integration into tourism programs. Opinions from both local communities and technical experts were gathered concerning the regions' existing deficiencies and strengths that could foster tourism development, as well as threats and opportunities arising from external agents to Guaraqueçaba that might negatively impact local economic activity. Among the various strategies considered, tourism emerges as a particularly promising activity, consistent with the region's socioeconomic development goals, given its inherent commitment to natural resource conservation, the valorization of regional culture, and the pursuit of improved living conditions for local inhabitants.

Keywords: Sustainable tourism. Local communities. Socioeconomic development.





1 INTRODUÇÃO

Destinos que valorizem a natureza, juntamente com práticas de turismo sustentáveis, devem atrair a atenção de um perfil de turista mais consciente e responsável. Além de criar oportunidades para o desenvolvimento de negócios sustentáveis e proporcionar experiências aos turistas.

São nesses pontos que práticas como o turismo de experiência, sustentável e com impacto social positivo podem reforçar as implicações positivas. Nesse sentido, estratégias e ações são promovidas para contornar a situação existente do setor, sobretudo de caráter inovador e sustentável.

Destaca-se que ambos os municípios, São José dos Pinhais e Guaraqueçaba, são compostos majoritariamente por área rural e apresentam características cênicas e culturais, potencialmente utilizáveis em programas turísticos. Nesse contexto, dentre as estratégias possíveis, o turismo destaca-se como uma atividade potencial condizente com o desenvolvimento socioeconômico, a partir do momento em que está comprometido com a conservação dos recursos naturais, a valorização da cultura regional, como também com a busca de melhorias das condições de vida das comunidades locais.

Vale ressaltar que o ecoturismo tem sido apontado como uma importante estratégia de desenvolvimento e conservação de ambientes rurais, especialmente em locais de grande beleza cênica e cultural, mas com poucas opções ou restrições para atividades agropecuárias convencionais (VEIGA, 2004).

1.1 São José dos Pinhais

O município de São José dos Pinhais localiza-se na região sul do Brasil, no leste do estado do Paraná, sobre o primeiro planalto paranaense chamado Planalto Cristalino Atlântico Paranaense. São José dos Pinhais limita-se com os municípios de Curitiba, Fazenda Rio Grande, Guaratuba, Mandirituba, Morretes, Pinhais, Piraquara e Tijucas do sul.





Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, a área territorial do município é de 944,280 km² e a distância do município à Curitiba, capital do estado do Paraná, é de aproximadamente 18,6 km. A altitude média do município é de 907 metros.

Conforme com o Departamento de Indicadores Sociais e Econômicos da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais (2021), a agricultura sempre foi um setor tradicional na economia são-joseense. Com a industrialização, os avanços tecnológicos não impediram as comunidades agrícolas de continuarem seu desenvolvimento.

1.2 Guaraqueçaba

O município de Guaraqueçaba localiza-se na porção norte do litoral paranaense, constituindo o maior remanescente contínuo de Floresta Atlântica brasileira e abrigando um dos mais ricos biomas em termos de biodiversidade do mundo: a Floresta Tropical Úmida, considerada a segunda floresta mais ameaçada do planeta (SPVS, 1992).

Em 1999, a área foi declarada Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO. Caracterizada como uma área essencialmente rural, uma vez que 72% da sua população se encontra nesta condição (LIMA e NEGRELLE, 1998), tem problemas de ordem social e econômica, configurando um dos menores índices de desenvolvimento humano municipal e desenvolvimento rural do estado do Paraná.

A agropecuária representa 27,43% da economia do município, a indústria 1,94% e os serviços 70,62%. Segundo IPARDES (2001), a agricultura na APA de Guaraqueçaba não tem promovido o desenvolvimento da região, e a agricultura familiar deve ser entendida como suporte a outras ocupações e como sustentação de parte significativa da população local.

Ao município de Guaraqueçaba são repassados o ICMS ecológico e o Fundo de Exportação e Royalties de Petróleo (IPARDES, 1997), ambos programas governamentais de





compensação econômica para áreas ambientalmente protegidas. A população ativa sobrevive graças à pequena lavoura, da pesca, do extrativismo.

Entre os principais desafios sociais da região está a melhoria na geração de renda visto que é insuficiente para grande parte das famílias. Esses fatores determinam a alta dependência da exploração dos recursos da floresta, rios e mar.

A representação das manifestações culturais de Guaraqueçaba é outro aspecto importante que pode estar integrado com os atrativos naturais porque, por si só, não tem o apelo necessário para a atração de turistas:

“A estrutura de um destino se fundamenta em produtos turísticos consistentes, com personalidade, homogêneos, que convivem em harmonia e que se complementam entre si, de modo que ele turista perceba uma oferta global excelente.” (VALLS, 2000)

Tanto os atrativos naturais quanto os culturais são a matéria prima para futuras atrações turísticas, entendidas como principais componentes do sistema turístico que de acordo com LEIPER (1990) “os viajantes se deslocam da região de origem até o destino turístico, porque ali é onde se encontram as atrações que desejam conhecer”.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os principais fundamentos teóricos que embasaram a pesquisa, abrangendo os temas Turismo Sustentável e Comunidades Locais.

2.1 Turismo Sustentável

De acordo com Beni (2020), o Turismo é um fenômeno multi, inter e transdisciplinar tanto na sua formação superior quanto na gestão pública. Além dessas características, é preciso considerar a transversalidade e a intersetorialidade.





Para Jacobi (2003), a dimensão ambiental também envolve um conjunto de atores do universo educativo, potencializando o engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

O turismo sustentável foi definido pela Organização Mundial do Turismo como aquele que “atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003, p. 24).

É visto como um condutor ao gerenciamento de recursos, sendo que as necessidades econômicas, sociais e estéticas passam a ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003, p. 24).

De acordo com o Programa de Regionalização do Turismo (2015), do Ministério do Turismo, o Turismo Sustentável satisfaz as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras e dos visitantes. Sendo assim, os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidos para o futuro.

O Turismo Sustentável envolve a compreensão dos impactos turísticos; distribuição igualitária de custos e benefícios; geração de empregos locais; fomento de negócios lucrativos; injeção de capital com consequente diversificação da economia local; interação com todos os setores e segmentos da sociedade; desenvolvimento estratégico e logístico dos meios de transporte (BENI, 2003, p. 14).

De acordo com Lage e Milone (2000, p. 81), o turismo sustentável pode ter como meta a viabilidade da atividade turística na linha da sustentabilidade econômica. Como o foco de interesse é a atividade de turismo, a ênfase de tal estratégia implicará em fortalecer, melhorar a qualidade e encontrar o diferencial do produto turístico.

Para Dias (2003, p. 107), o turismo sustentável não compromete a conservação dos recursos naturais e reconhece a necessidade de proteção do meio ambiente. Busca a manutenção de um equilíbrio entre os três eixos básicos nos quais se apoia: suportável ecologicamente, viável economicamente e equitativo sob a perspectiva ética e social.



Segundo Costa (2002, p. 74), “para ser sustentável a longo prazo, o ecoturismo não pode ser desenvolvido copiando-se o que foi feito em outros lugares. É preciso considerar as variáveis ambientais, sociais, culturais e econômicas da localidade”.

Entretanto, Lage e Milone (2000, p. 181) afirmam que a questão pode ser abordada de um ângulo diferente com o desenvolvimento sustentável do turismo, ou a necessidade de assegurar a viabilidade a longo prazo do turismo, reconhecendo-se a necessidade de proteção ao meio ambiente.

Para Dias (2003, p. 51), paralelamente ao crescimento da consciência ambiental, o turismo desenvolveu-se na mesma perspectiva dos demais segmentos da economia, com a utilização intensiva de recursos naturais e sem preocupação com a preservação dos atrativos.

Sendo assim, “uma política global de sustentabilidade, em que a conservação do meio ambiente está intimamente relacionada com a eficiência econômica e a justiça social, ganhou ampla aceitação” (LAGE e MILONE, 2000, p. 167).

Observa-se que as políticas de turismo estão integradas às políticas sociais, econômicas e ambientais. Isto constitui uma abordagem mais equilibrada e integrada, delimitados em concentrações geográficas com diferencial interativo e completo, estruturados em sua comercialização global para a concorrência final nos mercados consumidores (LAGE e MILONE, 2000, p. 169).

Para Neto e Agostini (2005, p. 112), a evolução dos atos humanos até a pós-modernidade fez com que muitos de seus contatos com as atividades no meio natural ficassem em segundo plano. Ou seja, o reencontro com a natureza faz com que seus instintos sejam reavivados e ficam claras as possibilidades de perceber que a civilização permite que se usufrua o meio ambiente, tendo o homem como parceiro e não mais como explorador e predador.

Segundo Sancho (2001, p. 244), o turismo sustentável baseia-se no desenvolvimento sem degradação nem esgotamento dos recursos. Ou seja, a conservação dos recursos para que a geração presente e as futuras possam desfrutar deles.





Para Neto e Agostini (2005, p.41), “o desenvolvimento local é determinado pela melhor alocação e uso dos seus recursos produtivos: recursos naturais, humanos, infra estruturais, tecnológicos e capacidade empresarial”.

Entretanto, Dias (2003, p. 105) afirma que o “ecoturismo como prática social e econômica, que pretende um manejo sustentável dos recursos naturais e melhora da qualidade de vida das populações locais, ainda é incipiente”. Seu desenvolvimento e expansão contrapõe-se à lógica do mercado e à racionalidade econômica.

Por causa do exercício da atividade turística mal planejada, para Dias (2003, p. 67) o patrimônio natural torna-se o mais prejudicado. Interferências nas paisagens, assim como degradação da flora e fauna crescem de maneira contínua, chegando a um ponto que a recuperação das condições primitivas se torna muito difícil.

Pode-se observar, nos últimos anos, o fechamento de vários estabelecimentos ligados ao ecoturismo, por causa do descaso de seus empreendedores a alguns itens ligados à própria natureza, sem conseguir, assim, a captação dos clientes desejados. Sendo assim, “a sustentabilidade está ligada a três fatos importantes: qualidade, continuidade e equilíbrio” (SANCHO, 2001, p. 246).

Portanto, a manutenção dos atrativos turísticos naturais demanda enorme esforço de vários atores: “turistas, residentes, cientistas, organizações não governamentais, governos, agências de fomento, entre outros que devem contribuir para um permanente monitoramento dos ecossistemas visitados” (DIAS, 2003, p. 18).

Segundo Dias (2003, p. 19), “a busca por atrativos naturais tem levado enorme contingente de turistas a parques nacionais em todo o mundo, gerando divisas e contribuindo para a manutenção”.

Portanto Costa (2002, p. 56) relata que embora todo município possua condições de implementar algum tipo de atividade turística, nem tudo pode ser resolvido somente na esfera municipal. Alguns municípios possuem atrações turísticas, mas não a infraestrutura necessária para o turismo.





Assim, o turismo sustentável deve:

Aproveitar ao máximo os recursos ambientais que constituem um elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade.

Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar seu patrimônio cultural e seus valores tradicionais, além de contribuir para a compreensão e a tolerância interculturais.

Garantir operações econômicas viáveis e de longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos a todas as partes interessadas. Que sejam distribuídos de forma justa, incluindo emprego estável e oportunidades de geração de renda e serviços sociais para as comunidades anfitriãs, contribuindo para o alívio da pobreza (PNUMA e UNWTO, 2005, p.11-12).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo – UNWTO (2005), o turismo é cada vez mais reconhecido como uma ferramenta para o desenvolvimento, com potencial para enfrentar uma ampla gama de desafios globais, incluindo pobreza, emprego, mudanças climáticas e degradação ambiental.

Para Lane *et al.* (2022), o turismo sustentável visa a harmonia das relações e interações entre os visitantes, o meio ambiente e as comunidades locais. Envolve também a conservação, a longo prazo, dos recursos naturais e humanos. Reconhece que há limites para o crescimento, que variam acordo com as práticas de manejo.

2.2 Comunidades locais

Para Aman *et al.* (2019), o turismo contribui para o crescimento econômico. As preocupações associadas à comunidade local contribuem para uma gestão mais participativa. Planejar um destino turístico sustentável exige o apoio das comunidades locais, pois envolve a recepção e a hospitalidade que são fundamentais para a satisfação dos turistas, contribuindo para o desenvolvimento local.

Conforme Polukhina *et al.* (2021), o turismo de massa terá que dar lugar ao turismo que respeita os interesses das comunidades locais, não se limitando apenas ao lucro. Isso





implica em novas decisões estratégicas e foca em modalidades de turismo como turismo rural e o ecoturismo.

De acordo com Streimikiene *et al.* (2020), os serviços turísticos têm impacto não só nos ambientes, mas também da população local, gerando empregos e contribuindo para o bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais.

De acordo com Gastal (2021), excluída a natureza, o pitoresco seria redimensionado, quando as cidades passam a ser buscadas por turistas, para vivências culturais diferenciadas.

O desenvolvimento do turismo sustentável gera receita adicional aos atores que investem no desenvolvimento do turismo local e na conservação das atrações turísticas, garantindo a sustentabilidade das áreas turísticas (AMAN *et al.*, 2019).

Segundo Flores e Silva, Cunha Lima e Christoffoli (2016), é importante entender que projetos dessa natureza contemplam o desenvolvimento de infraestrutura rural e fortalecem a capacidade das comunidades locais de fomentar redes e sociedades que levem à criação de instituições, exposições e treinamentos para a gestão dessa forma de turismo.

Para Reher (2022), uma forma dos agricultores se beneficiarem com o turismo é trazer novamente a ideia original de turismo rural, em que os turistas vivenciam os trabalhos de uma fazenda como forma de escapar da vida urbana e retornar a um ambiente cultural.

É preciso valorizar o patrimônio cultural, a fim de beneficiar e capacitar as comunidades locais. Isso precisa ser integrado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável mais ampla que enfatize o empreendedorismo e a inovação social associados ao cenário cultural. Nesse sentido, medidas para manter e proteger o uso tradicional da terra local são estratégias práticas para a preservação dos valores culturais (REHER, 2022).

De acordo com Lima (2019), essa mudança de postura recebe várias denominações conforme a vocação dos territórios e populações onde ocorre, assumindo ser: comunitário, de desenvolvimento local, criativo, de experiência, solidário e social.





3 METODOLOGIA

Do ponto de vista de sua natureza, a pesquisa adotou características de uma pesquisa aplicada, uma vez que objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática e imediata em uma realidade circunstancial, dirigidos à solução de problemas específicos (GIL, 2010).

Destaca-se que a natureza aplicada visa gerar conhecimentos para aplicação prática e solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais (SILVA; MENEZES, 2005).

Para Gil (2010), visa proporcionar maior familiaridade com o problema para torná-lo explícito ou para construir hipóteses, baseada em levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema em questão, e análise de exemplos que estimulem a sua compreensão.

A abordagem dessa pesquisa prevê a investigação das características qualitativas do fenômeno estudado de forma subjetiva, a fim de construir conceitos próprios sobre o fenômeno estudado, conforme descreve Lozada e Nunes (2019).

Quanto ao ponto de vista dos procedimentos técnicos, na visão de Gil (2010), trata-se de um estudo bibliográfico constituído principalmente de artigos científicos, somado a periódicos científicos, além de pesquisa realizada na internet como parte do referencial teórico do estudo. Sendo assim, da revisão de literatura serão obtidos os elementos necessários para a elaboração da estrutura proposta.

Também se realizou pesquisa documental (GIL, 1996) e análise documental (LUDKE E ANDRÉ, 1996) assim como visitas técnicas à área de foco, de modo a obter-se informações relativas à área de abrangência da pesquisa – incluindo aspectos histórico-culturais, econômicos, sociais e ambientais.

Com relação às entrevistas com a comunidade local de São José dos Pinhais, ocorreram pessoalmente na região da bacia hidrográfica do rio Miringuava.

Para análise dos dados e informações coletadas foi utilizado a Análise SWOT ou método DAFO (VALLS, 2000), um instrumento de análise para a gestão de empresas





desenvolvidas por Kenneth Andrews e Roland Christensen nos anos setenta que possibilita a identificação das deficiências, ameaças, fortalezas e oportunidades de um projeto, empreendimento ou atividade.

A pesquisa contou com 33 participantes, dos quais 30 residiam em Guaraqueçaba nas localidades insulares de Vila das Peças (15), Barra do Superagüi (3) e nas áreas continentais de Potinga (1), Tagaçaba (3), Serra Negra (1), Morato (1) e na sede de Guaraqueçaba (5). Portanto, a amostra apresenta realidades ambientais, sociais e econômicas diferenciadas, impostas pela sua situação geográfica. Também participaram três pessoas de outras regiões: Curitiba (1) e duas de Morretes.

4 RESULTADOS

Neste capítulo estão apresentados os principais resultados obtidos pela análise dos dados obtidos com as respostas das entrevistas com os 33 participantes locais e de técnicos que apoiam o desenvolvimento de iniciativas locais.

Da análise SWOT dos dados e informações coletadas, observou-se que as principais “Deficiências” ou “Fraquezas” (fatores negativos) ocasionados por agentes locais, indicadas pelos participantes foram:

a) Aspectos de Logística e Infraestrutura:

- Infraestrutura: precariedade nas condições das estradas de acesso à região, saúde, saneamento e abastecimento de água do município;
- Transportes: precariedade no sistema de transporte oferecido na região;
- Qualidade de serviços: deficiências na qualidade dos serviços prestados relacionados ao turismo tais como em meios de hospedagem, restaurantes, em condução de visitantes.





b) Aspectos Institucionais:

- Divulgação do Destino Turístico: falta de divulgação da região como destino turístico;
- Descrédito com projetos: projetos desenvolvidos por organizações governamentais e não governamentais na região que não tiveram continuidade ou que não atenderam às expectativas da população local.

c) Aspectos Sociais-Culturais:

- Falta de união: dos próprios participantes e interessados (moradores locais) para mobilização referente às questões de turismo e atividades correlatas;
- Falta de comunicação/desarticulação: deficiências na comunicação e na articulação entre os participantes e interessados para as questões de turismo e atividades correlatas;
- Falta de visão empreendedora: dificuldade ou inexistência de percepção direcionada a ações de empreendedorismo de uma forma geral e;
- Falta de mobilização em busca de apoio do poder público: por parte dos participantes e interessados para o apoio das instâncias governamentais para o desenvolvimento do ecoturismo.

A quantificação dos dados referentes às respostas obtidas pela amostra dos 33 respondentes da pesquisa, como principais “Deficiências” ou “Fraquezas” (fatores negativos) ocasionados por agentes locais, está apresentada no Quadro 1.





Quadro 1 – Deficiências ao desenvolvimento do ecoturismo apontadas pelos participantes

DEFICIÊNCIAS	Somatório	Mediana	Média	Desvio Padrão
Desunião entre os participantes	108	5	4,50	0,98
Precária infra-estrutura	87	4	3,95	0,65
Transportes deficitários	74	3	2,74	1,16
Problemas de Comunicação/desarticulação	54	4	3,60	0,91
Falta de mobilização em busca de apoio do poder público	29	1	1,61	0,92
Qualidade de serviços deficientes	21	4	3,00	1,63
Falta de visão empreendedora	21	2,5	2,63	0,74
Descrédito com projetos	20	1	1,33	0,49
Falta de divulgação do destino turístico	16	2	2,67	1,21
	430			

Fonte: Autoria própria (2025)

As deficiências apontadas como as mais problemáticas foram por ordem de prioridade: a desunião dos participantes, a precariedade na infraestrutura e falta de comunicação/desarticulação e transportes deficitários.

Com relação às “Ameaças” (fatores negativos) ocasionados por agentes externos à região, foram apontados:

a) Aspectos Institucionais

- Legislação ambiental: ameaça a manutenção e proteção dos recursos naturais pela falta de cobrança da aplicação da legislação ambiental aos infratores de danos ambientais por parte das instituições responsáveis.
- Falta de execução e implementação de planejamento participativo: referiu-se à inexistência de planejamento participativo para as questões relacionadas ao turismo da região.
- Política Pública na área do turismo: falta de políticas públicas estadual e federal direcionadas ao desenvolvimento do turismo em Guaraqueçaba.
- Falta de capacitação profissional: falta de apoio externo à capacitação da comunidade para os serviços de turismo.





- Limitação de comunicação: relacionada à falta de comunicação em termos de mídia sobre o potencial turístico da região.

b) Aspectos Sociais-Culturais

- Pesca predatória: ocasionada pela pesca praticada fora da época de defeso e a pesca realizada pelas embarcações comerciais vindas de outros estados brasileiros;
- Exploração sexual infantil e Drogas: problemas que poderiam ser ocasionados pelo desenvolvimento do turismo trazidos por visitantes à região e;
- Perda de identidade cultural: hábitos e costumes trazidos pelos turistas que poderiam influenciar negativamente na cultura local.

c) Aspectos Ambientais

- Portos: problemas causados pela atividade portuária impactando os recursos naturais da região.
- Degradação do meio ambiente: se referiu à possibilidade de destruição dos ambientes naturais e da biodiversidade de fauna e flora da região devido à prática inadequada do turismo;

d) Aspectos Econômicos

- Especulação imobiliária: a possibilidade da especulação imobiliária futura advinda da divulgação da região como potencial turístico, incentivando os moradores à venda de suas terras para empreendimentos externos à região;
- Demanda sazonal: flutuação na demanda de turistas na região refletindo nos rendimentos econômicos da atividade.





A quantificação dos dados referentes às respostas obtidas pela amostra dos 33 respondentes da pesquisa com relação às “Ameaças” (fatores negativos) ocasionados por agentes externos à região o tema está apresentada no Quadro 2.

Quadro 2 – Ameaças ao desenvolvimento do ecoturismo apontadas pelos participantes

AMEAÇAS	Somatório	Mediana	Média	Desvio Padrão
Degradação do meio ambiente	76	5	4,75	0,45
Falta de Plano de Manejo das UCs	49	3	3,50	1,16
Política pública deficiente na área do turismo	44	2	2,75	1,39
Falta de capacitação profissional	43	3,5	3,07	1,07
Pesca predatória	35	2,5	2,92	1,68
Problemas ambientais gerados pelos Portos	31	3	2,82	1,17
Falta de cobrança da legislação ambiental	20	4	3,33	1,97
Exploração sexual infantil	16	3	3,20	0,45
Limitação de comunicação	12	3	3,00	0,82
Inserção de narcóticos	15	4	3,00	1,41
Falta de execução e implementação de planejamento participativo	13	3	3,25	0,50
Especulação imobiliária	13	1	1,18	0,60
Perda de identidade cultural	10	4	3,33	1,15
Demanda sazonal	9	1	1,80	1,30
	386			

Fonte: Autoria própria (2025)

A ameaça com maior pontuação e menor desvio padrão foi a “degradação do meio ambiente”, indicando que este quesito foi consenso entre os participantes. Ressalta-se que a ameaça “legislação ambiental” teve o maior desvio padrão.

Quanto à questão “Forças” ou “Fortalezas” referiu-se as potencialidades internas, das características ambientais, culturais, políticas, sociais e econômicas de Guaraqueçaba, no atual contexto. Foram indicados como “Forças” ou aspectos positivos internos:





a) Aspectos de infraestrutura e logística

- Existência de condutor de visitantes: grupos e pessoas das comunidades já prestam serviços de condução de visitantes, na Ilha das Peças existência de grupo treinado e organizado;
- Existência de hospedagem: Guaraqueçaba possui pousadas, campings e hotéis que suprem a demanda turística atual;
- Elevado número de restaurantes: serviços de alimentação adequados a atual demanda turística e;
- Atuação de empresas com diversos recursos turísticos: já existem empresas que atuam na região, oferecendo um rol de serviços turísticos.

b) Aspectos Ambientais

- Riqueza da biodiversidade e recursos naturais conservados: considerado como principal atrativo da região.

c) Aspectos Sociais-Culturais

- Gastronomia típica: tipo de alimentação servido nos estabelecimentos comerciais, tais como restaurantes, pousadas e bares mantém a cultura alimentar tradicional, considerado como atrativo ao turismo.

A quantificação dos dados referentes às respostas obtidas pela amostra dos 33 respondentes da pesquisa com relação à questão “Forças” ou “Fortalezas” está apresentada no Quadro 3.





Quadro 3 – Forças ao desenvolvimento do ecoturismo apontadas pelos participantes

FORÇAS	Somatório	Mediana	Média	Desvio Padrão
Riqueza da Biodiversidade	110	5	4,23	1,27
Recursos naturais conservados	85	4	3,86	0,77
Gastronomia típica	73	3	2,70	1,35
Existência de condutor de visitantes	64	2	2,67	1,43
Existência de hospedagem	63	3	2,86	1,70
Elevado número de restaurantes	42	2	2,10	0,79
Atuação de empresas com diversos recursos turísticos	30	2	2,14	1,10
	467			

Fonte: Autoria própria (2025)

A riqueza da biodiversidade e recursos naturais conservados foram as “Forças” mais votadas, considerados como a maior potencialidade da região. Diversos tipos de serviços voltados ao atendimento do turista foram apontados, porém atingiram as pontuações mais baixas.

Quanto às “Oportunidades”, que diz respeito aos aspectos positivos externos advindos de fora da região, foram apontados:

a) Aspectos Institucionais

- Momento presente à formação da cooperativa: referiu-se ao contexto vivenciado pelos participantes do projeto da SPVS no intuito de formação de cooperativa de ecoturismo, foi apontado como externo porque o projeto foi trazido por um agente externo à região;
- Comunicação e Mídia: ambas se referiram a utilização dos meios de comunicação para divulgação da região como potencial turístico, a exemplo da visibilidade gerada pela mídia de massa que vem veiculando a região devido seus atributos ambientais.





b) Aspectos Ambientais

- Diversidade de ecossistemas: relacionados ao interesse dos turistas nos aspectos ambientais

c) Aspectos Sócio-culturais

- Diversidade cultural: interesse dos turistas sobre a cultura local.

No Quadro 4 está apresentada a quantificação dos dados referentes às respostas obtidas pela amostra dos 33 respondentes da pesquisa com relação à questão quanto ao tema “Oportunidades”.

Quadro 4 – Oportunidades ao desenvolvimento do ecoturismo apontadas pelos participantes

OPORTUNIDADES	Somatório	Mediana	Média	Desvio Padrão
Momento presente à formação da cooperativa	131	5	4,23	1,15
Visibilidade através dos meios de comunicação	102	4	3,40	1,28
Diversidade de ecossistema	84	3	3,36	1,04
Forte divulgação da mídia	61	2	1,85	0,97
Diversidade cultural	53	2	2,12	1,13
	431			

Fonte: Autoria própria (2025)

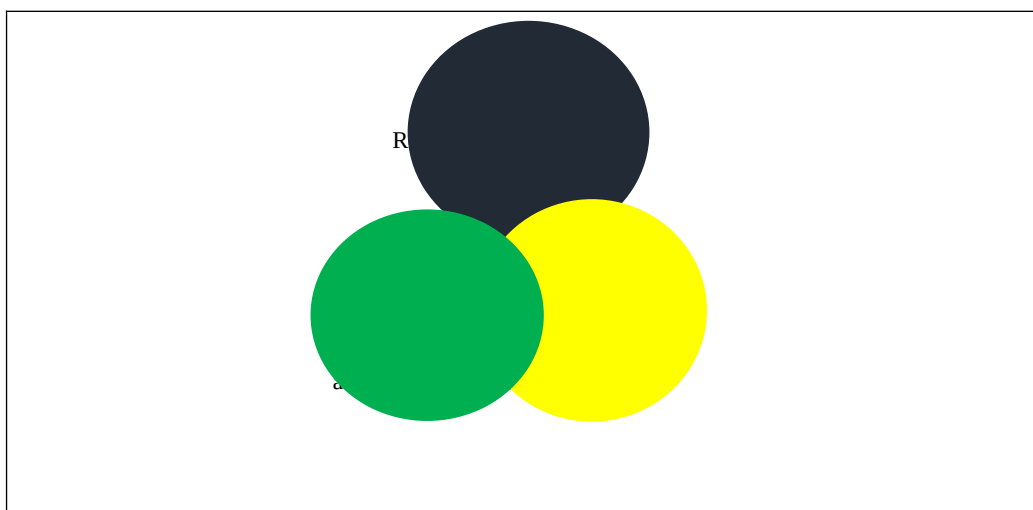
Por meio de uma construção conjunta entre a comunidade e o mercado turístico, é possível identificar os melhores indicadores de desenvolvimento, com base na realidade local, priorizando diretrizes de atuação que levem em conta a cultura, o meio ambiente e a comunidade.





Conforme Philippi Jr. *et al.* (2014, p.30), o desenvolvimento depende da construção de bases sustentáveis, apoiada no tripé justiça social, viabilidade econômica e equilíbrio ambiental, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 – Intersecção dos pilares



Fonte: Autoria própria (2025)

O ponto chave para o turismo sustentável está em encontrar o equilíbrio entre preservação e desenvolvimento da região da bacia hidrográfica do rio Miringuava, considerando a interligação entre as dimensões econômica, sociocultural e ambiental.

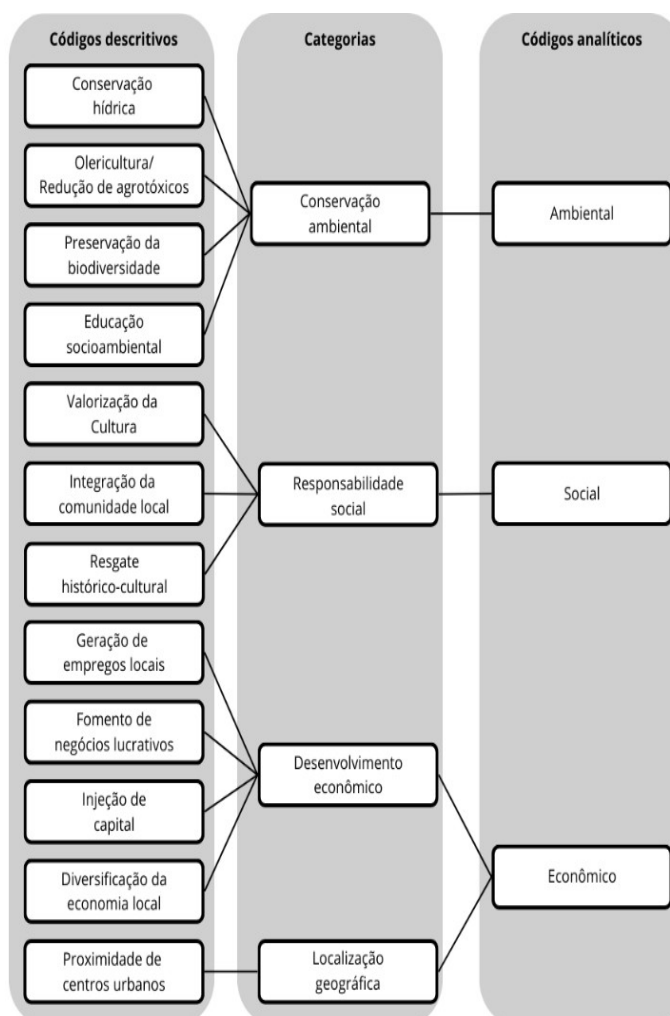
Para estabelecer o turismo sustentável na região, buscando satisfazer todas as suas dimensões, o apoio de instituições governamentais, de ensino, terceiro setor e do meio empresarial é de fundamental importância.

Na figura 2 está apresentado o processo de codificação e categorização, utilizando, como exemplo, os códigos criados dentro da dimensão da bacia hidrográfica do rio Miringuava.





Figura 2 – Processo de codificação e categorização



Fonte: Autoria própria (2025)

A maior pontuação foi o “momento presente à formação da cooperativa”, retratando o entendimento do grupo para a necessidade da instalação de alguma forma de organização que auxilie no efetivo desenvolvimento do turismo.



A “comunicação” foi o segundo mais pontuado, indicando a percepção dos participantes, com relação à visibilidade da região na mídia nacional e internacional, portanto, uma oportunidade para a divulgação da região como destino ecoturístico.

Foi também identificado que é necessário o apoio das instituições governamentais, conforme observam Lage e Milone (2000) quando afirmam que as políticas de turismo estão integradas às políticas sociais, econômicas e ambientais. Isso impõe o deslocamento de recursos financeiros para a construção de obras de saneamento básico, melhoria dos aspectos de segurança, saúde e educação e ainda, a criação de incentivos e mecanismos para que a população local possa empreender. A atração de investimentos voltados ao aprimoramento do capital humano e social também deve ser reforçada pelo setor empresarial e pelas organizações não governamentais.

Também foi identificado a necessidade do incentivo ao desenvolvimento de turismo endógeno, de base comunitária, emergindo da própria população local a oferta de infraestrutura e de serviços para o atendimento das necessidades postas pelo negócio, conforme Aman *et al.* (2019).

Iniciativas que promovam o fortalecimento das organizações de grupos são fundamentais, visto que, além de se tornarem instâncias de debate, têm mais força para a busca e representação dos desejos e anseios das comunidades. Dessa forma, precavendo-se das “armadilhas do desenvolvimento” onde a atração pelas facilidades da obtenção de recursos financeiros, por meio da venda de suas terras ou pela exploração de sua mão-de-obra, pode ser anulada pelo vislumbre de uma nova oportunidade de ser o dono do seu próprio negócio.

Sendo assim, o planejamento integrado da região é essencial, envolvendo todos os atores e todas as instâncias do setor governamental e da sociedade civil organizada.





5 CONCLUSÃO

O turismo apresenta significativo potencial para a geração de empregos e a diversificação das fontes de renda das propriedades rurais, agregando valor aos produtos locais por meio de experiências diferenciadas, tais como cafés rurais, modalidades de colhe e pague, educação ambiental e contemplação da natureza, integradas a roteiros temáticos específicos.

Além de atrair visitantes de outras regiões, o turismo tem potencial para estimular o comércio local, diversificando a economia e geração de empregos. Também poderá promover o resgate histórico, gastronomia, além de criar oportunidades de negócios à comunidade local, aproveitando a herança histórico-cultural dos imigrantes europeus.

Nesse contexto, torna-se fundamental a redução dos impactos ambientais, a fim de promover a inclusão e o fortalecimento da dimensão ambiental nos processos educativos, visando prevenir e mitigar impactos sobre o meio ambiente. Observa-se um estreito vínculo com a natureza, sendo o turismo compreendido como instrumento de preservação das tradições familiares, de valorização da cultura local e de fortalecimento dos laços comunitários.

Dentro dessa perspectiva, torna-se necessário incentivar políticas públicas municipais e estaduais que promovam a equidade e atendam às necessidades coletivas da comunidade local.

Igualmente importantes são as políticas de direcionamento e mobilização de recursos econômicos destinadas ao incentivo do turismo regional, atraindo fontes de financiamento que permitam aos pequenos proprietários locais promoverem a atividade turística. É preciso incentivar as relações entre os empresários e comunidade em geral, estimulando uma oferta turística diversificada e de qualidade com o objetivo de aumentar a permanência do visitante na região, gerando assim maior retorno financeiro para o empreendedor.

Revela-se imprescindível o desenvolvimento de produtos e roteiros turísticos que reflitam a integridade natural, cultural e social dos destinos, considerando os impactos





negativos decorrentes das mudanças climáticas, do esgotamento dos recursos naturais, entre outros fatores que possam comprometer a continuidade das atividades turísticas no futuro.

É possível desenvolver práticas de educação ambiental através de trilhas interpretativas, plantio de árvores e orientações sobre a conservação hídrica e preservação da natureza.

Faz-se necessário atender às necessidades dos visitantes e às demandas socioeconômicas da região, mantendo os aspectos culturais, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica, a fim de viabilizar a prática do turismo a longo prazo. Dessa forma, será possível promover a sustentabilidade urbana e ambiental, considerando o desenvolvimento das comunidades locais e seus impactos, presentes e futuros, em termos ambientais, sociais e econômicos. Ou seja, desenvolver o turismo com base na comunidade, gerando benefícios econômicos e melhorando a qualidade de vida da comunidade local, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho e para a diversificação das fontes de renda do território.

O turismo sustentável tem potencial de promover a harmonia entre a comunidade local e a natureza, atraindo turistas que procuram por atividades rurais. Além das paisagens, a região tem potencial para educação socioambiental através do turismo pedagógico no meio rural, voltado à preservação da biodiversidade e da água.

Ressalta-se que é fundamental que a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais, e a participação efetiva da comunidade em todos os estágios do desenvolvimento turístico sejam de fato tratados como prioridade no processo de desenvolvimento desta fonte econômica.

Assim, os recursos naturais conservados servem como alavanca ao turismo, sendo necessário realizar a gestão dessas áreas naturais de forma sustentável, respeitando a sua integridade e a vulnerabilidade do ecossistema, ao mesmo tempo propiciando ao turista a experiência que gere a experiência intangível ou seja emoções, sensações, memórias e aprendizados que o turista leva consigo, algo que não pode ser tocado ou guardado





fisicamente, mas que se torna o verdadeiro "produto" da viagem, diferentemente de bens materiais.

Estes elementos evidenciam o papel do turismo como ferramenta de valorização cultural, de conservação ambiental e de fortalecimento dos vínculos comunitários.

Assim, o turismo demonstra potencial nas regiões analisadas, desde que seu planejamento contemple alternativas inovadoras como fonte de trabalho e renda, promovendo uma interação sinérgica entre a região e outras rotas turísticas nos municípios envolvidos. Ainda, verifica-se um potencial de crescimento considerável, impulsionado pela capacitação e pela valorização da comunidade local, consolidando o turismo como vetor de desenvolvimento sustentável para a região.

Dessa maneira, o turismo incentivará a restauração de áreas degradadas nas propriedades, promovendo a educação e a sensibilização ambiental, ressaltando a importância e o respeito ao patrimônio natural, controlando o fluxo de visitantes e as atividades turísticas de forma sustentável.

Ambos os municípios poderão criar experiências como a contemplação dessas paisagens, conversas com a comunidade local a fim de conhecer mais sobre a cultura e tradições, cultivo e colheita de frutas e verduras, manejo de animais de criação de meliponídeos, sensibilização sobre a importância da água, e os impactos climáticos que poderão afetar todo o ecossistema ecológico da região.

Para investigações futuras, destaca-se a importância do planejamento participativo do turismo, que promove ações e projetos alinhados às necessidades das comunidades locais. Também se deve fortalecer a governança relacionada ao turismo, promovendo capacitações que estimulem a participação dos empreendedores locais por meio de boas práticas da atividade turística.





REFERÊNCIAS

AMAN, J.; ABBAS, J.; MAHMOOD, S.; NURUNNABI, M.; BANO, S. The Influence of Islamic Religiosity on the Perceived Socio-Cultural Impact of Sustainable Tourism Development in Pakistan: A Structural Equation Modeling Approach. *Sustainability*, 2019.

BARBIERI, J. C. *et al.* Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. *Revista de Administração de Empresas*. 2010.

BENI, M. C. Como certificar o turismo sustentável? *Revista Turismo em Análise*, v. 14, n. 2, p. 5-16, 2003.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 14. ed. São Paulo: Senac, 2019.

BENI, M. C. Saturação e rejeição ao turismo nas destinações turísticas. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, v. 14, p. 1-8, 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo – **Roteiros do Brasil**. Turismo e Sustentabilidade. Brasília: MTur, 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural**. Brasília, DF, 2003.

DERAL. Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). **Prognóstico Olericultura** - Novembro de 2020, 2021.

DO NASCIMENTO, E. P. **Trajetória da sustentabilidade**: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos avançados*, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003. 208 p.

EMERY, Emerson Baldotto. **Desenvolvimento Sustentável**: Princípio da eficiência em procedimentos licitatórios. Belo Horizonte: Fórum. 2016.

FELICIANO, A. A importância da implementação de licitações sustentáveis como medida de política pública na busca do desenvolvimento nacional sustentável. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*. vol.3, n. 1, 2015. Disponível em:

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





<<http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/61>>. Acesso em: 06 dez. 2025.

FLORES E SILVA, Yolanda; CUNHA LIMA, Felipe Borborema; CHRISTOFFOLI, Angelo Ricardo. Turismo rural comunitario: Gestión familiar y estrategias de consolidación en el Estado de Santa Catarina (Brasil). **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 25, n. 4, p. 576-596, 2016.

GASTAL, Susana. Imagem, Paisagem e Turismo: a construção do olhar romântico. **Pasos Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural**, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável por Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná - 2025. Curitiba: IPARDES, 2025.

JACOBI, P. R. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de pesquisa**, n. 118, p. 189-205, 2003.

LANE B, KASTENHOLZ E, CARNEIRO MJ. Rural Tourism and Sustainability: A Special Issue, Review and Update for the Opening Years of the Twenty-First Century. **Sustainability**, 2022.

LIMA, Felipe. Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: **uma revisão integrativa sobre a Acolhida na Colônia**. 2019.

LOZADA, G; NUNES, K. S. **Metodologia Científica**. Porto Alegre: Saaga, 2019.

MMA - Ministério do Meio Ambiente (2018). Adaptação baseada em Ecossistemas frente à Mudança do Clima – Apostila do curso. Brasília: MMA, 2018b.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.





ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tornando o Turismo Mais Sustentável** - Um Guia para Formuladores de Políticas. PNUMA e UNWTO, 2005, p.11-12.

PETROVIĆ, MD; VUJKO, A.; GAJIĆ, T.; VUKOVIĆ, DB; RADOVANOVIĆ, M.; JOVANOVIĆ, JM; VUKOVIĆ, N. Tourism as an Approach to Sustainable Rural Development in Post-Socialist Countries: A Comparative Study of Serbia and Slovenia. **Sustainability**, 2018.

PHILIPPI JR, A. *et al.* Desenvolvimento sustentável, interdisciplinaridade e Ciências Ambientais. **RBPG. Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 10, n. 21, 2013.

PHILIPPI JR, A.; ROMERO, M. de A.; BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental. In: **Curso de gestão ambiental**. 2014.

REHER G. Heritage as Action Research. **Sustainability**, 2022.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANCHES, C. S. Gestão ambiental proativa. **Revista de administração de empresas**, v. 40, n. 1, pp. 76-87, 2000.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Mapa de Referência Geral. Escala 1:160.000. Secretaria Municipal de Urbanismo, Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais, 2009.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS. Dados Estatísticos de São José dos Pinhais. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais. São José dos Pinhais, 2008. Disponível em <http://www.sjp.pr.gov.br>. Acesso em: 06 dez. 2025.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina Edição: 4.ed. Editor: UFSC, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/312125489_Metodologia_da_Pesquisa_e_Elaboracao_de_Dissertacao. Acesso em: 06 dez. 2025.

SOUZA, M. de; DOLCI, T. **Turismo Rural**: fundamentos e reflexões. 2019.

Revista **OWL Journal**, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista OWL Journal está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)



REVISTA OWL (*OWL Journal*)

www.revistaowl.com.br – ISSN: 2965-2634



VISENTIN, F.; VALLERANI F. A Countryside to Sip: Venice Inland and the Prosecco's Uneasy Relationship with Wine Tourism and Rural Exploitation. **Sustainability**, 2018.

VEIGA, J. E. Destinos da ruralidade no processo de globalização. Estudos Avançados, São Paulo: IEA, v.18, n.51, p.51-67, maio/ago.2004.

Recebido em: 08/01/2026

Aprovado em: 19/01/2026

Publicado em: 03/02/2026

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4.n.1. jan/fev/mar. 2026 - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)

